



“Educando para o Lar?” As Relações de Gênero e a Profissionalização no Colégio Diocesano Pio XI, em Campina Grande- PB, na década de 1970.

Autora (1); Ana Karoline Lima de Moraes Orientadora (2); Jussara Natália Moreira Bélen

(1);Universidade Estadual da Paraíba, analima2.ak@hotmail.com, (2)Universidade Estadual da Paraíba jussarabelens@gmail.com

RESUMO: O presente artigo propõe analisar a profissionalização implementada no Colégio Diocesano PIO XI, na cidade de Campina Grande-PB, a partir de 1974, ano em que a instituição passa a adequar-se à Lei n. 5.692/71, que institui mudanças salutaras para a educação nacional, dentre elas, a implementação de uma educação voltada para a profissionalização de jovens estudantes. Nesse sentido, buscamos conciliar a documentação oficial da escola com as narrativas de ex-alunas e ex-alunos que estudaram nesta instituição no período aqui recortado para estudo, compreendendo a relação entre as falas, os registros nos documentos e as práticas escolares dos sujeitos pesquisados. Desse modo, analisamos como se deu a sondagem vocacional das/os alunas/os para os cursos profissionalizantes, desvelando, assim, as relações de gênero tecidas nesses meandros do cotidiano escolar, apontando também as dificuldades e os desafios enfrentados no decorrer da pesquisa.

Palavras chave: Gênero. Profissionalização. Memória.

INTRODUÇÃO:

Este artigo é fruto do Projeto de Iniciação Científica – PIBIC UEPB/CNPq COTA 2015-2016, intitulado: *Gênero e Educação: As perspectivas profissionais das/os alunas/as do Colégio Diocesano Pio XI, em Campina Grande – PB, no ano de 1970*, e das reflexões realizadas no grupo de estudo *Gênero, Educação e Memória*. Resultado das primeiras impressões da pesquisa nos documentos escolares do Colégio Diocesano Pio XI na década de 1970, que se encontram

em andamento no arquivo da 3ª Região de Ensino desta cidade. De acordo com o regimento escolar encontrado, o Colégio Diocesano Pio XI foi fundado no ano de 1931 pelo vigário José Medeiros Delgado, ligado à Igreja Católica.

Esta instituição de ensino foi tradicionalmente reconhecida dentro da cidade de Campina Grande, qualificando jovens que hoje encontram-se em diferentes espaços profissionais em nível local, regional e nacional. O Colégio Pio XI passou a



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

oferecer uma educação mista, para rapazes e moças, a partir do início da década de 1950, uma mudança que demarca ressignificações dos espaços educacionais para as mulheres antes mesmo da eclosão dos movimentos feministas das décadas posteriores, que buscariam a igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

O reconhecimento e a visível importância do Colégio Pio XI para o processo de modernização da cidade de Campina Grande nos faz refletir como, após a sua adequação à Lei n. 5.692/71, eram feitas as sondagens vocacionais das/os alunas/os do primeiro grau para os cursos profissionalizantes criados a partir do ano de 1974.

A partir deste regimento, encontramos as disciplinas que seriam ofertadas no decorrer dos anos. Entre elas, encontramos quatro (*Artes Industriais, Técnicas Comerciais, Educação para o Lar e Educação para a Saúde*) que, segundo o regimento, a partir do segundo grau, teriam uma importância significativa para o futuro dos/as alunos/as. Nossa preocupação inicial é como – e se de fato ocorreu – tal implementação dentro do currículo. Se sim, qual o significado desses cursos para essas/es jovens, dando ênfase ao curso de Educação para o Lar.

Entendemos a escola como um espaço onde são construídas individualidades normativas, uma vez que são difundidas noções comportamentais aceitas dentro da sociedade e em específico período histórico. A instituição escolar é um espaço generificado, atravessado pelas relações de gênero de forma profunda. Ela delimita identidades esperadas a cada sexo de acordo com padrões socioculturais pré-estabelecidos, disciplinando os corpos em sua maneira de andar, sentar, enfim, de se portar no geral (FOUCAULT, 2014). Organiza o tempo e os espaços escolares determinantes nas singularidades, classifica as crianças, as/os jovens e adultos de acordo com o sexo (LOURO 1997). Ela dicotomiza meninos e meninas como sendo seres opostos. Constrói subjetividades e as coloca como fixas, naturalizando-as.

Desse modo, percebemos que o Colégio Pio XI contribuiu, na década aqui estudada, com uma educação que reforçou o sexismo entre moças e rapazes, separando comportamentos e atitudes distintas dos/as mesmos/as. Os efeitos desse disciplinamento foi uma naturalização de identidades construídas socialmente, enraizadas imensamente pelos sujeitos, gerando muitas vezes nas



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

crianças e/ou adolescentes crises existenciais, quando não se encaixavam na norma instituída. Portanto, torna-se imprescindível destacar as diferenças entre os gêneros tradicionalmente instituídas na sociedade quando ela passa a reivindicar para si um status moderno, destacando as persistências sexistas que marcaram a profissionalização do ensino em toda a década de 1970, buscando destacar as “características naturais” femininas e adequá-las ao seu futuro profissional. Buscamos, assim, contribuir de forma significativa para a construção do conhecimento histórico das instituições da cidade de Campina Grande-PB.

METODOLOGIA:

As fontes documentais constituem-se como um importante material para a construção do conhecimento histórico. Porém, devemos levar em conta as não favoráveis condições em que elas se encontram no arquivo da Terceira Região de Ensino da Paraíba, situada na cidade de São José da Mata-PB. Embora nosso recorte historiográfico seja recente – segunda metade do século XX - um estado de péssima preservação as acomete. Estão jogadas ao chão, sem nenhum tipo de tratamento específico que as conserve. Não sabemos o

que se perdeu e a falta que futuramente pode sentir-se.

Apesar dessa dificuldade inicial, tivemos, por meio dos documentos escolares (regimento do ano de 1974), acesso a todo o conjunto de normas que regiam aquele cotidiano escolar, um precioso registro para a pesquisa, além de estarmos levantando nomes de ex-alunas/as e ex-professoras/as nas fichas individuais. Ademais, através do acesso ao currículo, conhecemos os conteúdos ensinados, tendo, assim, uma noção dos códigos disciplinares instituídos nos corpos, ideias e sentimentos dos/as jovens estudantes. O outro aspecto de trabalhar com fontes escritas é que elas só apresentam um lado da história, geralmente o institucional, deixando as outras versões no vazio do silêncio e, não raro, no esquecimento.

Por esses fatores, percebemos a importância da história oral na elaboração de um saber histórico que procure contemplar variadas vozes e versões a respeito do objeto estudado. Há tempos, os/as historiadores/as não se prendem às fontes documentais escritas e oficiais como sendo as únicas fontes imprescindíveis que possibilitariam a volta do passado como este de fato aconteceu – este objetivo também não faz mais parte das pretensões históricas.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Hoje, a partir do contato com outras disciplinas, como a antropologia, nosso leque de possibilidades de fontes se expandiu de maneira inimaginável. A junção dos documentos escolares com as fontes orais nos propicia uma expansão da escola e das relações de gênero lá desencadeadas, que é o nosso objeto. Assim, por meio da entrevista de duas ex-alunas e um ex-aluno da instituição, foi-nos possível captar aspectos sobre a profissionalização do Colégio Pio XI que a documentação não possui, ampliando a compreensão do nosso objeto de estudo.

As fontes orais têm, particularmente, uma ligação muito pertinente com a história das relações de gênero, pois, por muito tempo, as mulheres foram silenciadas e confinadas ao âmbito do privado, sendo excluídas dos registros da vida pública. Dessa maneira, como as mulheres não estão inseridas nos registros oficiais e como eles não oferecem possibilidades para captar suas subjetividades, as pesquisas orais tornam-se, diversas vezes, o único meio de acesso às trajetórias dessas mulheres (PERROT, 2005).

Por meio das pesquisas documentais e orais, podemos nos aproximar de como eram os/as alunos/as e professores/as que

trabalharam e/ou estudaram no antigo Colégio Diocesano Pio XI. Através desse levantamento de fontes e dados, podemos realizar as análises de gênero propostas no projeto. Entendemos a importância de um olhar apurado que o/a historiador/a deve ter mediante as fontes, orais e escritas, com que este/a se depara. Portanto, devemos sempre nos encontrar atentos às pequenas minúcias que, por vezes, possam passar despercebidas. Os/as historiadores/as devem assumir o papel de investigadores/as astuciosos/as, sempre atentos/as ao diminuto, como pontua Ginzburg (1990).

DISCUSSÃO:

Para compreendermos a educação para profissionalização que passa a ocorrer no Brasil a partir de 1971, é necessário percebê-la dentro de uma contextualização a respeito das políticas educacionais vigentes no tempo. Levando-se em conta que o Brasil estava sob um regime autoritário o período de ditadura militar (1964-1985) que vivia no momento o seu período mais repressivo e, paradoxalmente, a década de 1970, principalmente seu início, foi um período de grande euforia nacionalista onde no governo, por conta da melhoria



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

da economia, iniciava-se um período de estabilidade, principalmente a partir da derrubada dos grupos de guerrilha em 1973. É nessa conjuntura dividida entre ufania e repressão violenta que se dará a reforma educacional.

A reforma de 1971 a partir da lei 5.692/71 trouxe mudanças gigantescas para o ensino nas escolas que adotarão agora o 1º e 2º em detrimento da antiga divisão¹. As aprendizagens escolares foram voltadas para a profissionalização do seu alunado, esse vínculo entre educação e profissionalização marcaram o currículo escolar durante toda a década de 1970, chegando a perdeurar – em raros casos- até os dias atuais. Para o primeiro grau, que compreendia cerca de oito anos letivos, buscou a ampliação do alcance do ensino para a população tornando-o obrigatório, em um país onde o índice de analfabetismo encontrava-se alarmante, como coloca (GERMANO, 1990), isto não significou que este ensino seria de qualidade. O que ocorreu, de fato, foi o contrário, além de reprimir o livre pensamento dentro das escolas. A ampliação da educação para todos/as foi mais uma forma de supervisionar as crianças nas escolas do que a preocupação com a

¹ Na antiga divisão, o que, a partir de 1971, fica conhecido como primeiro grau, passa a ser chamado de Primário e o segundo grau de Ensino Médio.

aprendizagem delas. Em relação ao currículo para o segundo grau, encontramos uma preocupação com a profissionalização voltada para o mercado de trabalho obrigatoriamente nas escolas públicas. Esta reforma chega a Campina Grande como coloca Jussara Natália Moreira Beléns:

A Reforma Educacional chega à Paraíba e a Campina Grande, especificamente, enredada por laços culturais que resistiam às mudanças trazidas por este movimento, assim como por meio de profissionais da educação que a entendiam como avanço (BELÉNS, 2013, p. 95).

Dessa forma, como meio de modernizar a educação campinense e como forma de trazer para a cidade o progresso (BELÉNS 2013), é adotada a reformulação do ensino da cidade, enfatizando a profissionalização como importância principal para o desenvolvimento do/a educando/a. Por conta de o custo do ensino profissionalizante ser mais elevado (GERMANO, 1990), poucas escolas particulares atenderam à Lei n. 5.692/71. O Colégio Diocesano Pio XI encontra-se entre as que optaram por adotá-la – a partir de 1974 –



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

implantando cursos voltados para a profissionalização, cujo objetivo era contemplar as necessidades da cidade e da região, como observamos no regimento interno do ano de 1974:

Parágrafo único – o colégio procurará os meios adequados para em consonância com o mercado de trabalho proporcionar uma iniciativa ao trabalho nas séries finais do 1º grau, aproveitando as disciplinas do currículo ou proporcionando atividade como: artes industriais, técnicas comerciais, técnicas agrícolas, educação para a saúde, etc. (REGIMENTO INTERNO DO COLÉGIO DIOCESANO PIO XI, 1974, p.18).

A partir desta Lei, a escola terá um papel mais importante no futuro profissional de seus/suas alunos/as, porquanto adotam o ensino profissionalizante e passam a instituir estratégias disciplinares de normatização de condutas com vistas à qualificação como sinônimo de modernidade e realização pessoal. Assim, as/os jovens estudantes internalizam e reforçam paulatinamente sentimentos de crescimento econômico ensejado na política do estado militar desenvolvimentista.

Nesse regimento escolar, fica claro como o Colégio Diocesano Pio XI buscou adequar-se às exigências da Lei n. 5.692/71. As disciplinas profissionalizantes intituladas *Iniciação para o trabalho* ofertadas pela instituição foram: *Artes Industriais, Técnicas Comerciais, Educação para o Lar e Educação para a Saúde*. Intrigamos, particularmente, o fato de que, num período de profissionalização incessante, as diferenças de gênero apareçam de forma explicitamente evidenciada a partir da disciplina *Educação para o Lar*.

Trata-se de um período em que os movimentos sociais começam a ganhar força e resistir à repressão, que na década de 1970 teve seu período mais violento. Dentro desses movimentos de esquerda, as mulheres já reivindicavam seu lugar dentro da luta contra o regime autoritário que assolava o país, assim como já reivindicavam maior participação feminina no meio social. Elas contestavam não só o lugar da mulher e sua representação frente ao governo vigente, mas também no próprio meio em que estavam inseridas, um lugar de luta, mas majoritariamente masculino (SARTI, 2004). Assim, as mulheres, através da luta contra o regime militar, irão transgredir normas e



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

lugares sociais fixados para não mais retornar. Dessa forma, devemos levar em consideração o momento de efervescência cultural e social que marca toda a década de 1970, o qual influenciará a educação profundamente e mudará toda a sociedade de forma significativa.

A pesquisa oral e a arquivista: disparidades existentes.

Dentro da pesquisa sobre instituições escolares, a pesquisa oral, por meio de entrevistas de ex-alunas/os e ex-professoras/es, fornece-nos um importante material que complementa toda a pesquisa escrita, além de salientar determinados aspectos que constam de forma vaga, ou simplesmente não constam, dentro dos registros escritos. Outra importante característica das entrevistas está no aspecto de que nem sempre aquilo que encontramos nos registros escritos é, de fato, posto em prática. Encontramos tal característica dentro do Colégio Diocesano Pio XI em relação aos cursos profissionalizantes e até sobre o próprio segundo grau. Dentro do regimento, temos todas as informações sobre quais eram os cursos ofertados, sua importância para a profissionalização da região e até sua carga horária.

Entretanto, nas entrevistas orais, pouco, ou quase nada os/as alunos/as ouviram falar de tais informações. Entramos em contato com três ex-estudantes da instituição, duas mulheres e um homem. Devido à dificuldade da entrevista oral, pois muitos ex-alunos/as não moram mais na cidade de Campina Grande, duas das entrevistas foram realizadas por e-mail, levando-se em conta que a internet tem contribuído significativamente para as pesquisas históricas nos últimos anos.

O que nos intrigou conforme se deram as entrevistas foi o pouco ou nenhum contato das/os alunas/os com as sondagens vocacionais e os cursos profissionalizantes mencionados nos documentos. O contato mais próximo com eles que encontramos até o momento foi o de Abdalah Rached, no qual, como ele nos conta, quando perguntando se havia passado por alguma sondagem vocacional ou algum curso profissionalizante:

Não. Na verdade, nos anos 70, o único tipo de sondagem que acontecia era consultar os alunos se tinham interesse na área de saúde ou de tecnologia/humanas. Isso em 1975, quando o EPUC assumiu o antigo curso científico, transformado em segundo grau. Fomos divididos em turmas voltadas à área de saúde e de tecnologia/humanas. Mas



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

desconheço como era conduzido o processo didaticamente (informação verbal²).

Entretanto, não consta no regimento de 1975 a ligação da instituição com o EPUC, sobre o qual ainda não temos as informações necessárias, apresentando-se como mais um aspecto a pesquisar no futuro. Sobre o que seria EPUC, o ex-aluno nos esclarece brevemente qual era o seu papel naquele cenário histórico:

O EPUC era um convênio que começou a funcionar no ano de 1975 dentro do Pio XI. Era comandado pela professora Yara Lyra e foi um projeto onde ela entrou com a parte didática e o Pio XI com as salas de aula. Fiz parte desse projeto desde o início e funcionou perfeitamente. A divisão entre turmas voltadas à área de saúde e tecnologia/humanas começou aí... Depois, Yara criou o CPUC e separou do Pio XI (eu estudei até 1977, quando fiz o vestibular de Engenharia Elétrica e comecei na UFPB) (informação verbal³).

As ex-alunas também pouco têm a dizer sobre os cursos. Ambas não passaram por nenhum tipo de sondagem vocacional nem tiveram, durante o

ensino médio, na década de 1980, contato com algum curso profissionalizante. Na entrevista de Soahd Arruda Rached Farias, quando questionada sobre o mesmo tema que Abdalah, afirmou:

De preparação vocacional... Olha, eu não me lembro se houve algum tipo de prática, não tenho muita certeza nesse sentido de vocação, não. Teste vocacional que eu me lembro, não... Agora, da parte de ensino médio, o meu ensino médio foi, como eu disse, 1980, 1981, 1982 e 1983, foi a década de 1980. O Pio XI, realmente, de 1980 pra frente, ele mudou um pouco o corpo (informação verbal⁴).

Elaine Oliveira, nossa outra entrevistada, embora tenha ouvido falar sobre alguns cursos de profissionalização, não teve contato com nenhum, pois já teriam acabado quando ela estava no segundo grau:

Entrei no Pio XI em 1972, no antigo preliminar, hoje educação infantil. Correspondia à alfabetização. Sempre escutei as pessoas falarem que havia curso profissionalizante, que poderíamos escolher entre contabilidade e outra opção ligada à saúde, não lembro agora, mas quem quisesse seguir o magistério teria que ir para a escola normal, mas como isto seria apenas no então científico, hoje ensino

² Entrevista concedida por Abdalah Rached por e-mail às pesquisadoras em 2016.

³ Idem.

⁴ Entrevista concedida por Soahd Arruda Rached Farias por e-mail às pesquisadoras em 2016.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

médio, nunca me incomodei com estas escolhas.

Decidi não ser professora e não fui para a Escola Normal, mas não fiz nenhum teste de aptidão para o profissionalizante e, quando entrei no científico, no início da década de 80, quando era obrigatório o profissionalizante, a escola não oferecia mais a contabilidade (informação verbal⁵).

Mesmo que tenhamos encontrado registros, nos documentos escolares, do curso profissionalizante *Educação para o Lar*, nenhum/as dos/as entrevistados/as, até o momento, mencionou o respectivo curso. Longe de nos desanimar, estas dificuldades nos estimulam a continuar a pesquisa, sabendo que estes hiatos fazem parte do processo de investigação, abrindo novos caminhos e novos questionamentos para o futuro da pesquisa que se encontra no início. Mesmo que o curso de *Educação para o Lar* não tenha sido posto em prática – isto só o futuro da pesquisa nos dirá – ainda se faz necessário questionar o motivo de a instituição colocá-lo em seu currículo, mesmo que não tenha sido ofertado na prática. Dessa forma, pretendemos entender qual o papel dessa disciplina profissionalizante dentro da instituição e qual a demanda social a requeria. Assim, buscamos contribuir para a

⁵ Entrevista concedida por Elaine Oliveira por e-mail às pesquisadoras em 2016.

construção da história da educação das relações de gênero do Colégio Pio XI, na cidade de Campina Grande-PB.

REFERÊNCIAS

BELÉNS, Jussara Natália Moreira. As reformas educacionais em Campina Grande. In: _____. **Sob a Torre de Marfim: a Escola Técnica Redentorista – um lugar de memórias, estratégias e práticas de gênero em Campina Grande – PB (1975- 1985).** João Pessoa: 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 42. ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GERMANO, José Wellington. A reforma do ensino de 1º e 2º graus. In _____. **Estado Militar e Educação no Brasil: 1964/1985: Um estudo sobre a política educacional.** Campinas; 1990. (p. 137- 226)

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

JULIA, D. A Cultura Escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação,** Campinas - São Paulo, n. 1, jan./jun. 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PERROT, Michele. Michel Foucault e a história das mulheres. In: _____. **As mulheres ou os silêncios da história.** Bauru, SP: EDUSC, 2005a. p.489- 503.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

PERROT, Michele. Práticas da memória feminina. In: _____. **As mulheres ou os silêncios da história.** Bauru, SP: EDUSC, 2005b. p. 33-43.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos

1970: revistando uma trajetória. **Revista Estudos feministas**, Florianópolis, 2004.

